Annus horribilis

al escrevi o título deste artigo (usando o pouco latim de que ainda me recordo), e já me arrependi. Será mesmo, ou o ano que nos espera à frente será ainda pior? Difícil imaginar, mas não impossível. É certo que a pandemia, o novo coronavírus, mata sem piedade e... Não só os mais velhos, molesta também os mais jovens; o que piora a situação. Também é certo que nos tocou um governo com pouca imaginação e que olha o país por um espectro curto. Mas, se olharmos para o mundo, pelo menos não houve guerra global, e a recessão, embora forte, não é comparável com outras crises que paralisaram os negócios internacionais. Enfim, sem "panglossismo", bem-feitas as contas, o ano foi mal, mas poderia (como quase sempre) ser pior...

Não digo isso para me consolar, ou, quem sabe, apascentar o eventual leitor. Digo porque é preciso olhar para frente com alguma esperança. Sei também que é mais fácil imaginar que "não fosse este governo", a pandemia talvez não tivesse matado ou maltratado tanta gente. Será verdade? Provavelmente. Mas, o vírus é soez e está dizimando as pessoas, independentemente da qualidade dos governos. Parece uma saída simples "culpar" só o governo (no caso o federal) pelos males que



o mínimo —trocar tantos ministros da Saúde e nomear, por fim, quem, por profissão, não conhece a matéria. Tão grave quanto isto é considerar os adversários como "inimigos", jogando o país em divisões imaginárias. E sempre é possível ampliar a lista do que falta aos governantes para que tudo dê certo...

Não é hora, contudo, para o ajuste de contas. A experiência mostra que é melhor esperar que o tempo escoe do que precipitar o fim de governos. Mais um pouco — se o povo não insistir nas antigas preferências e se tivermos a sorte de existir alguém que abra um caminho mais promissor — haverá novas eleições. Mudaremos algo?

Para responder com franqueza, e deixando de lado o que não entendo (fico na torcida pelo fim da pandemia), temo que continuemos a "não ver". Talvez o maior problema do país seja a desigualdade. E ela "se naturalizou". Podemos até vê-la e fazer comentários gerais a seu respeito. Mas, no dia a dia, como o problema vem de longe, acabamos por, implicitamente, nos afligem. Claro, não é sensato — para dizer aceitá-la. E esta talvez seja a maior dificuldade

para obter o que, em geral, mais desejamos: que o país continue crescendo economicamente. Na cultura tradicional é como se crescimento equivalesse a melhor distribuição de renda. Existe, é claro, uma relação entre a prosperidade econômica e o bem-estar geral. Mas é enganoso crer que basta a economia crescer

Num ano terrível, ais" se resolverem. a democracia triunfou nos EUA,

um alento para seguirmos lutando para melhorar a vida da maioria

Nos dias que correm, não só a oferta de empregos está reduzida como as transformações tecnológicas do mundo requerem maior capacitação profissional. Tornase mais visível que edu-

para as "questões soci-

cação e saúde são requisitos para a modernização da sociedade e da economia. Como, entretanto, somos mais de duzentos milhões de pessoas, os setores dominantes parecem não se dar conta de que no longo prazo não haverá prosperidade com tanta miséria. Quem sabe a crise atual, dupla, a de saúde e a do desempre-

go, despertem não só "o governo", mas cada um de nós. Quem sabe nos permita "ver" melhor e perceber que a transformação necessária é mais profunda e mexe com as pessoas, com cada pessoa, e não só com as instituições.

Que pelo menos quanto à pandemia sejamos capazes de assumir nossas responsabilidades individuais. Não basta dizer: "Fiquem em casa". Para isto é preciso "ter casa". Ter emprego, sentir solidariedade. Se não estiver ao nosso alcance fazer as mudanças de maior profundidade, assumamos nossa parte: se puder, isolemo-nos; quando a vacina chegar — quanto antes, melhor -vacinemo-nos. Pelo menos isso.

Neste ano terrível, a democracia triunfou sobre o preconceito e a intolerância nos Estados Unidos. A nação estava profundamente dividida em termos de filiação partidária e visão de sociedade. A maioria dos eleitores brancos, protestantes, pessoas sem diploma universitário e moradores nas cidades do interior votou em Trump. A maioria das mulheres, jovens, negros, pessoas com diploma universitário e moradores das grandes cidades votou em Biden. A recusa de Trump em reconhecer a gravidade da pandemia lhe custou caro. Como também suas atitudes misóginas e racistas. Suprema ironia, o voto negro foi decisivo tanto na escolha de Biden como candidato do partido democrata quanto em sua vitória nos estados de Pensilvânia, Michigan e Geórgia que lhe deram a maioria no colégio eleitoral. O espírito de liberdade, fundamento da democracia americana, prevaleceu sobre a polarização. As manifestações de protesto do movimento Black Lives Matter, em vez de assustar o eleitorado conservador, consagraram o respeito à diversidade como um valor constitutivo da América.

Isso nos dá alento para continuarmos vivos e lutando para melhorar a vida da maioria: menos desigualdade, maior prosperidade. Mais respeito às leis e às pessoas. É o que desejo neste novo ano de 2021.

JORGE WILLIAM/11-12-2020

Governo trava demarcações de terras indígenas

Bolsonaro não homologou nenhum território, e 70% dos processos estão parados entre Funai e Ministério da Justiça

DANIEL BIASETTO

O governo federal, que não demarcou nenhuma terra indígena nos dois anos de mandato do presidente Jair Bolsonaro, travou internamente o andamento da maioria dos procedimentos em que os pedidos são analisados. Levantamento do GLOBO a partir de dados do Instituto Socioambiental (ISA) junto a cartórios e consultas de decretos, portarias ministeriais e publicações da Fundação Nacional do Índio (Funai) mostra que há 237 territórios com processos de demarcação já requisitados, mas 70% deles estão parados entre a Funai e o Ministério da Justiça, sem qualquer avanço, seja no que diz respeito a estudos de campo ou análises de

"As propostas do governo Bolsonaro não cabem na Constituição. Não demarcar terras indígenas é inconstitucional"

Márcio Meira, antropólogo e ex-presidente da Funai

documentos nos órgãos.

O Brasil tem 487 terras indígenas já homologadas, e os ataques de Bolsonaro à política de demarcação começaram ainda na campanha eleitoral, em 2018. No ano passado, o presidente chegou a dizer que, se dependesse dele, nenhuma ĥomologação seria feita. "Na ponta da linha quem presidente", afirmou, em ju-

A Funai e o Ministério da Justiça seriam o "início da linha", já que são responsáveis pela identificação, estudo e declarações das terras, antes de seguir para o presidente homologar por meio de decreto. No entanto, o único movimento feito em processos de demarcação durante a gestão Bolsonaro foi a criação de cinco grupos técnicos pela Funai, depois que o órgão foi obrigado a iniciar os estudos por determinação judicial.

Mesmo assim, nada andou. Estima-se que cerca de 30 terras indígenas tiveram seus processos de demarcação devolvidos da Casa Civil e do Ministério da Justiça para a Funai, com base em um parecer dado pela Advocacia-Geral da União (AGU) no qual os povos indígenas só podem reivindi-



Sem compromisso. Aldeia em Tabatinga (AM): Bolsonaro não homologou novas terras indígenas, e maior parte dos processos não anda nas áreas técnicas

DEMARCAÇÕES POR PRESIDENTE

	H	TERRAS IOMOLOGADAS	EXTENSÃO DAS TERRAS (HA)
(音)	Jair Bolsonaro	0	0
	Michel Temer	1	19.216
(3)	Dilma Rousseff	21	3.268.955
	Luiz Inácio Lula da Silva	87	18.785.766
0	Fernando Henrique Cardoso	145	41.226.902

Fonte: Instituto Socioambiental (ISA)

Editoria de Arte

car terras onde já estavam na data em que a Constituição foi promulgada: 5 de outubro de 1988.

Mais longevo presidente da Funai, que dirigiu entre 2007 e 2012, o antropólogo Márcio Meira vê com ceticismo qualquer possibilidade de avanço nos processos demarcatórios atualmente:

-As propostas do governo Bolsonaro, e é só ver o que ele e os membros de seu governo falam sobre povos indígenas, não cabem na Constituição. O que ele deseja fazer é não demarcar nenhuma terra indígena, mas isso é inconstitucional. Ele deveria não só demarcar novas terras, mas proteger as que já estão demarcadas.

A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, integrante da Comissão Arns de Direitos Humanos e do Observatório de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), acresdiscussão sobre o marco temporal. Há um processo em andamento no Supremo Tudo isso acarreta um au-Tribunal Federal (STF) mas ainda não há data marcada para o julgamento.

– É uma tentativa de desvirtuar, mais uma vez, o que diz a Constituição, que nunca colocou data de validade aos direitos indígenas. A interpretação de que existiria essa data (marco temporal) quer estabelecer que os direitos dos indígenas às suas terras só terão validade se eles estivessem de posse dessas terras no dia da promulgação da Constituição

-afirma Manuela. O coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Dinaman Tuxá, classifica a omissão governamental de "pacote de maldades":

- Os reflexos são o enfraquecimento da política indigenista, o loteamento de cargos dentro da Funai para dificultar e inviabilizar ainda mais a demarcação das terras indígenas,

centa a preocupação com a além de enfraquecimento das políticas ambiental e de demarcação de terras. mento dos ilícitos n ras indígenas.

GOVERNO SE POSICIONA

Questionado, o Ministério da Justiça não explicou se, nos 74 casos protocolados em que já se manifestou, os processos estão parados na pasta, se foram devolvidos com pedidos de diligências ou enviados para a Presidência homologar, fase final do procedimento. Em nota, o ministério disse apenas que solicitou à Funai que se pronuncie em relação aos questionamentos.

A Secretaria-Geral da Presidência afirmou que não há nenhum processo de demarcação na Subchefia de Assuntos Jurídicos (SAJ), responsável por analisar os atos do presidente antes da publicação no Diário Oficial da União.

Iá a Funai não se manifestou até o fechamento desta reportagem.